

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

10.fevereiro.2021

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Confederação do Desporto de Portugal, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, do Comité Olímpico de Portugal, do Comité Paralímpico de Portugal, da Confederação de Treinadores e das Federações Desportivas, por requerimento do PCP, para recolherem elementos sobre a situação vivida no Desporto e as medidas necessárias para salvar o setor.

2. Comunicações do Presidente

2.1. Baixa de iniciativas

2.1.1. Projetos de Lei

- [Projeto de Lei n.º 657/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Vinculação extraordinária de todos os docentes com cinco ou mais anos de serviço até 2022
- [Projeto de Lei n.º 658/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário
- [Projeto de Lei n.º 659/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Contabilização do tempo de trabalho, para efeitos de Segurança Social, dos docentes contratados a termo com horário incompleto
- [Projeto de Lei n.º 660/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Abertura de concurso para a vinculação extraordinária do pessoal docente das componentes técnico-artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos estabelecimentos públicos de ensino

2.1.2. Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 895/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Tempo de trabalho declarado à Segurança Social dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial
- [Projeto de Resolução n.º 896/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Salvar o Conservatório Nacional
- [Projeto de Resolução n.º 903/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão estratégica dos programas curriculares para recuperação dos estudantes afetados pelos Estados de Emergência
- [Projeto de Resolução n.º 905/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Educação para a proteção e bem-estar animal

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

- [Projeto de Resolução n.º 907/XIV/2.ª \(PEV\)](#) – Pela valorização da investigação científica e pelo fim da precariedade laboral que atinge os Bolseiros de Investigação
- [Projeto de Resolução n.º 910/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que assegure a adopção de medidas de apoio às escolas de dança
- [Projeto de Resolução n.º 915/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que disponibilize com urgência os equipamentos informáticos individuais e de conectividade móvel gratuita aos docentes
- [Projeto de Resolução n.º 917/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo que garanta as condições para o ensino misto e não presencial mobilizando recursos do plano para a transição digital
- [Projeto de Resolução n.º 925/XIV/2.ª \(PEV\)](#) – Requalificação do Conservatório Nacional e valorização e defesa do ensino artístico na Escola de Música e na Escola de Dança
- [Projeto de Resolução n.º 926/XIV/2.ª \(PEV\)](#) – Apoio às escolas de dança, devido ao encerramento obrigatório decretado a propósito da pandemia Covid-19

3. Discussão e votação do requerimento do PEV para a audição do Ministro da Educação, com carácter de urgência, nomeadamente sobre ensino à distância e acompanhamento de filhos menores pelos docentes

4. Discussão e votação do requerimento do BE para a audição do Ministro da Educação, com carácter de urgência, sobre o funcionamento da Escola no ano letivo de 2020/2021

5. Discussão e votação do requerimento do BE para a audição da equipa de investigação do estudo “Crianças em Portugal e ensino à distância: um retrato”

6. Outros assuntos

7. Data das próximas reuniões

- **16 de fevereiro – 15h30**
 - ✓ Reunião ordinária
- **Data a fixar**
 - ✓ **Audição de entidades do setor** no âmbito da **nova apreciação de iniciativas** (PJL 190, PJL 192 e PJR 206) sobre o regime de autonomia, administração e

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

1. Audição da Confederação do Desporto de Portugal, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, do Comité Olímpico de Portugal, do Comité Paralímpico de Portugal, da Confederação de Treinadores e das Federações Desportivas, por requerimento do PCP, para recolherem elementos sobre a situação vivida no Desporto e as medidas necessárias para salvar o setor.

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos representantes dos Comités Olímpicos, Confederações e Federações (identificados na [página da audição](#)), ouvidos em videoconferência e deu informação sobre a grelha de tempos da audição.

A Deputada Alma Rivera, em representação do Grupo Parlamentar do PCP, que apresentou o requerimento para a audição, referiu que a situação atual do sector é grave, com tendência para ficar gravíssima e é fundamental ouvir as entidades envolvidas.

Os responsáveis desportivos referiram depois o seguinte, em síntese:

1. O desporto tem vindo a crescer nos últimos anos e tem peso, nomeadamente, a nível de emprego e turismo, devendo ser considerado não como uma despesa, mas antes como um investimento;
2. Foram feitas Cimeiras do setor em julho de 2020 e há um mês e apresentadas propostas de medidas, até tendo em conta as que foram adotadas noutros países, tornando-se necessário encontrar soluções para a retoma do desporto;
3. O desporto é o único sector de atividade que não teve apoios, que garantam a sua sustentabilidade, contrariamente ao que aconteceu, por exemplo, com a cultura;
4. Lamentam que nenhuma das medidas que apresentaram tenha sido aprovada no âmbito do Orçamento do Estado para 2021, nomeadamente as respeitantes a um pacote fiscal;
5. Há necessidade de políticas integradas entre os vários departamentos do Governo, nomeadamente, os Ministérios da Saúde, Economia e Trabalho e Segurança Social e em articulação com as autarquias locais;
6. Têm de ser alterados os regimes dos dirigentes associativos e do trabalho de voluntariado;
7. Realçam a importância das recentes Resoluções aprovadas na Assembleia da República sobre a criação de um fundo de apoio ao desporto, solicitam a fiscalização política por parte do Parlamento, congratulam-se com o facto de o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto ter, entretanto, anunciado um apoio extraordinário urgente e realçam que será muito relevante, nomeadamente a nível de formação;
8. Solicitam legislação para os que sobrevivem com os clubes, nomeadamente os dirigentes e realçam que há necessidade de reconhecimento do seu trabalho e de apoio financeiro adequado;
9. O desporto é aliado da saúde pública, como reconhece a Organização Mundial de Saúde e o das pessoas com deficiência foi muito afetado;
10. Mais de uma centena e meia de clubes pararam a sua atividade (e os restantes registam muitas dificuldades), o mesmo se verificando com muitos atletas, estando praticamente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.^a SL

- parados há 1 ano, com grande relevância na formação e implicando efeitos demorados a nível de recuperação;
11. Não obstante tenha sido criado um Grupo de Trabalho entre a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e a Direção Geral de Saúde, ainda não foram contactados para a adoção de medidas para a retoma do desporto;
 12. Pedem a inclusão das equipas paralímpicas nos grupos prioritários para efeitos de vacinação;
 13. O desporto não é considerado como de grande risco em termos de propagação do vírus, é uma atividade muito organizada, com exames médicos, muitas Federações têm feito testes ao COVID, os atletas são altamente disciplinados e o mesmo se verifica nos espaços desportivos;
 14. Propõem que seja feito um planeamento da retoma do desporto;
 15. As instalações desportivas universitárias fecharam em março de 2020 e algumas ainda não reabriram, pelo que há muitos estudantes fora da atividade desportiva, o que tem vários efeitos, nomeadamente a nível mental, há incapacidade de retenção de talento dos atletas e muitas bolsas de mérito não foram atribuídas;
 16. Propõem as seguintes medidas: colocar na agenda pública a saúde mental, criação de uma confederação nacional do desporto no ensino superior, requalificar as infraestruturas desportivas, atribuição de apoio à internacionalização do desporto a nível do ensino superior, vacinação nos grupos prioritários, combate às desigualdades;
 17. As federações das modalidades coletivas consideram que a situação é de alarme, realçando a preocupação em relação à formação, a falta de apoios, a redução significativa dos atletas, o número reduzido dos que estão a praticar a atividade desportiva, o facto de muitas autarquias condicionarem a atribuição de apoios à existência de prática desportiva (e esta não existe em muitos casos), a constatação de que uma paragem de 2 anos na atividade desportiva terá efeitos durante 10 anos, a existência de cerca de 500 clubes que deixaram de trabalhar e milhares que podem desaparecer, realçando que ainda não receberam nenhum apoio;
 18. O desporto tem de ser considerado como uma atividade económica, de saúde (física e mental), um bem de 1.^a necessidade, que merece e precisa de apoios, como as restantes atividades, económicas, de cultura, etc;
 19. As comunidades desportivas querem retomar as competições e precisam de apoio para o efeito, pedem também medidas a nível do estatuto do dirigente desportivo e associativo, nomeadamente que se equacione um benefício fiscal, realçam que as modalidades praticadas na via pública têm custos acrescidos e pedem coerência nas exigências a nível nacional;
 20. O número de pessoas com deficiência que têm acesso ao desporto tem vindo a diminuir e pedem a vacinação imediata de todos os participantes em estágios;
 21. Pedem a alteração das normas sanitárias, a inclusão dos atletas nas listas de vacinação, um regime fiscal mais favorável, a criação de um Observatório sobre o Desporto e a apresentação de uma Agenda Nacional para o Desporto, alinhada com os objetivos europeus;
 22. Há uma diminuição das receitas e dos clubes filiados e as dificuldades financeiras têm reflexos na impossibilidade de competitividade internacional, realçando que os apoios do Estado voltarão à economia, nomeadamente a nível de restauração e de hotelaria;
 23. Pedem o planeamento da retoma desportiva, incluindo a nível do desporto dos jovens e a revisão da classificação de risco (sendo que estão vedadas as artes marciais e de combate), particularmente em relação às modalidades que não têm contacto, para voltarem às competições;

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

24. O ténis de mesa é uma modalidade de baixo risco e individual, o parque escolar está fechado, inviabilizando a utilização dos respetivos espaços desportivos por clubes e o mesmo acontece com os parques municipais, a Região Autónoma da Madeira impede as respetivas equipas de competirem, o que tem reflexos no campeonato nacional, há preocupação acrescida com o desporto a nível de formação, as competições estão paradas desde novembro de 2020 e há perdas significativas, a tutela ouviu as entidades no início da pandemia e o Instituto Português do Desporto e Juventude manteve os valores a atribuir às modalidades, mas pedem apoios específicos e distribuição de verbas das apostas desportivas.

Intervieram depois os Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Luís Monteiro (BE), Alma Rivera (PCP) e Bebiana Cunha (PAN), expressando as posições dos respetivos Grupos Parlamentares. O Presidente da Comissão informou que os Deputados do CDS-PP não podiam participar na audição, por terem audições de Ministros à mesma hora.

A terminar, o Presidente da Comissão agradeceu a participação de todas as entidades e as informações que trouxeram ao debate e informou que brevemente vai ser também feita a audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto.

A gravação da audição e os contributos remetidos pelas várias entidades estão disponibilizados na [página da Comissão](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

2. Comunicações do Presidente

2.2. Baixa de iniciativas

2.2.1. Projetos de Lei

O Presidente da Comissão deu conta de que tinham baixado à Comissão, em 2/2/2021, os Projetos de Lei abaixo referidos, sendo distribuídos, respetivamente, ao BE, PS, PSD e PS para elaboração de parecer, sendo a apreciação deste agendada para a reunião de 23/2/2021:

- [Projeto de Lei n.º 657/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Vinculação extraordinária de todos os docentes com cinco ou mais anos de serviço até 2022;
- [Projeto de Lei n.º 658/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário;
- [Projeto de Lei n.º 659/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Contabilização do tempo de trabalho, para efeitos de Segurança Social, dos docentes contratados a termo com horário incompleto;
- [Projeto de Lei n.º 660/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Abertura de concurso para a vinculação extraordinária do pessoal docente das componentes técnico-artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos estabelecimentos públicos de ensino.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

2.2.2. Projetos de Resolução

O Presidente informou ainda que tinham baixado à Comissão os Projetos de Resolução abaixo referidos, tendo os Deputados dos Grupos Parlamentares autores dos mesmos solicitado a sua discussão nos termos seguintes:

- [Projeto de Resolução n.º 895/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Tempo de trabalho declarado à Segurança Social dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial – **discussão no Plenário;**
- [Projeto de Resolução n.º 896/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Salvar o Conservatório Nacional – **discussão no Plenário;**
- [Projeto de Resolução n.º 903/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão estratégica dos programas curriculares para recuperação dos estudantes afetados pelos Estados de Emergência – **discussão no Plenário, já agendada para 18/2/2021;**
- [Projeto de Resolução n.º 905/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Educação para a proteção e bem-estar animal – **discussão no Plenário, já agendada para 18/2/2021;**
- [Projeto de Resolução n.º 907/XIV/2.ª \(PEV\)](#) – Pela valorização da investigação científica e pelo fim da precariedade laboral que atinge os Bolseiros de Investigação - **discussão no Plenário;**
- [Projeto de Resolução n.º 910/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que assegure a adopção de medidas de apoio às escolas de dança – o PAN comunicou depois da reunião que pretende a **discussão no Plenário, junto com uma petição;**
- [Projeto de Resolução n.º 915/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que disponibilize com urgência os equipamentos informáticos individuais e de conectividade móvel gratuita aos docentes - **discussão no Plenário;**
- [Projeto de Resolução n.º 917/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo que garanta as condições para o ensino misto e não presencial mobilizando recursos do plano para a transição digital - **discussão na Comissão;**
- [Projeto de Resolução n.º 925/XIV/2.ª \(PEV\)](#) – Requalificação do Conservatório Nacional e valorização e defesa do ensino artístico na Escola de Música e na Escola de Dança - **discussão no Plenário;**
- [Projeto de Resolução n.º 926/XIV/2.ª \(PEV\)](#) – Apoio às escolas de dança, devido ao encerramento obrigatório decretado a propósito da pandemia Covid-19 - **discussão no Plenário.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

3. Discussão e votação do requerimento do PEV para a audição do Ministro da Educação, com caráter de urgência, nomeadamente sobre ensino à distância e acompanhamento de filhos menores pelos docentes

A Deputada Mariana Silva (PEV), no âmbito da apresentação do requerimento, referiu que no dia 8/2 teve lugar a retoma do ensino à distância e os docentes com filhos com menos de 12 anos não podem conciliar bem o seu trabalho com a assistência que têm de dar aos seus filhos no âmbito das aulas destes e por outro lado não estão contemplados no grupo dos trabalhadores de serviços essenciais, estando impedidos de recorrer aos estabelecimentos de ensino de acolhimento, mas também não podem beneficiar dos apoios de assistência à família, por estarem em teletrabalho. Mencionou depois que é essencial encontrar uma solução para a situação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou o requerimento muito pertinente e informou que votariam a favor do mesmo.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PS, PSD, BE, PCP e PEV, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, do PAN e da IL.

4. Discussão e votação do requerimento do BE para a audição do Ministro da Educação, com caráter de urgência, sobre o funcionamento da Escola no ano letivo de 2020/2021

A Deputada Joana Mortágua (BE), no âmbito da apresentação do requerimento, referiu que as escolas e os alunos não têm equipamentos, condições e orientações claras, nomeadamente, em relação ao ensino, aos objetivos pedagógicos a atingir e às alterações curriculares necessárias

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PS, PSD, BE, PCP e PEV, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, do PAN e da IL.

5. Discussão e votação do requerimento do BE para a audição da equipa de investigação do estudo “Crianças em Portugal e ensino à distância: um retrato”

A Deputada Joana Mortágua (BE), no âmbito da apresentação do requerimento, enfatizou a importância do acompanhamento do impacto do ensino não presencial, de se conhecer o retrato das desigualdades e indicou ainda que o estudo inclui uma comparação a nível internacional, pelo que considerou muito relevante ouvir os seus autores.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PS, PSD, BE, PCP e PEV, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, do PAN e da IL.

6. Outros assuntos

O Presidente da Comissão informou que o Ministro da Educação tinha disponibilidade para que a sua audição, por requerimentos do CDS-PP e do PSD, tivesse lugar nos dias 17 ou 18 de fevereiro, às 17h00. Nesta sequência, foi consensualizado que a audição teria lugar no dia 17, às 17h00 e que atenta a aprovação dos requerimentos do PEV e do BE (pontos 11 e 12), incluiria também a audição prevista nos mesmos.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

Foi ainda consensualizado que a reunião da Comissão começaria cerca das 15h00, sendo agendados os pontos que se considerassem mais prementes e continuaria com a audição do Ministro às 17h00.

Foi ainda deliberado que no âmbito da nova apreciação de iniciativas (Projetos de Lei n.ºs 190 e 192 e Projeto de Resolução n.º 206) sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, cujo prazo foi prorrogado até 28/2/2021, seria feita em 23 de fevereiro, à tarde, uma audição pública de entidades do setor da educação, para a qual seriam convidadas as entidades abaixo referidas (propostas pelo PCP e pelo BE), para além de outras indicadas pelos restantes Grupos Parlamentares:

- Sindicatos de professores: ASPL, FENPROF, FNE, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB e SPLIU;
- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais;
- ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas;
- ANDE - Associação Nacional de Dirigentes Escolares;
- ATEP (Associação Todos pela Escola Pública);
- Representantes de pais e Encarregados de Educação: CONFAP, CNIPE;
- Licínio Lima, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade do Minho (um dos autores da obra “Diretores Escolares em Ação”, publicada em 2020);
- Emília Brederode, Presidente do Conselho Nacional de Educação

7. Data das próximas reuniões

- **17 de fevereiro – 15h00**
 - ✓ Reunião ordinária

- **23 de fevereiro**
 - ✓ **Audição de entidades do setor** no âmbito da **nova apreciação de iniciativas** (PJL 190, PJL 192 e PJR 206) sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro 2021



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 17 de fevereiro de 2021.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 58/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura
Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
António Cunha
Bebiana Cunha
Carla Madureira
Carla Sousa
Cláudia André
Cristina Mendes da Silva
Firmino Marques
Ilídia Quadrado
Joana Mortágua
Lúcia Araújo Silva
Luís Leite Ramos
Luís Monteiro
Maria Begonha
Maria da Graça Reis
Maria Gabriela Fonseca
Maria Joaquina Matos
Mariana Silva
Martina Jesus
Porfírio Silva
Tiago Estevão Martins
Eduardo Barroco de Melo
Emídio Guerreiro
Maria Germana Rocha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Cotrim de Figueiredo